



Senadores analisarão reforma trabalhista aprovada na Câmara

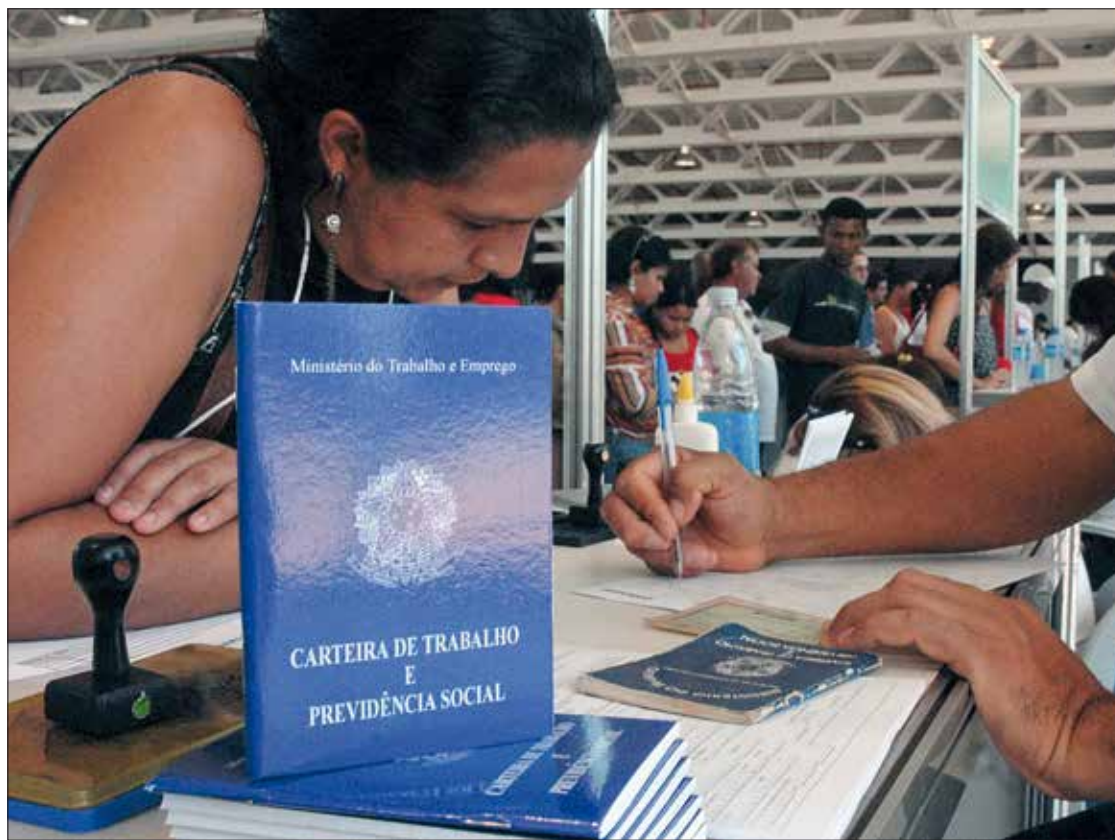
Senado aguarda que deputados federais enviem projeto proposto pelo governo que altera legislação e permite que acordo trabalhista prevaleça sobre normas

Aprovado na quinta-feira na Câmara, o projeto de lei que prevê a reforma trabalhista agora será analisado pelo Senado. Tão logo chegue aos senadores, o texto será remetido para as comissões.

Entre vários outros pontos, o projeto de reforma trabalhista acaba com o imposto sindical obrigatório, permite que o trabalhador divida as férias em três partes, regulamenta o trabalho remoto (*home office*) e eleva a multa para o patrão que não faz o registro do empregado na

carteira de trabalho. O governo apresentou o projeto no fim do ano passado.

Assim como ocorreu na Câmara, a proposta deverá ser objeto de muita discussão no Senado. Diversos senadores já se manifestaram a respeito. Enquanto alguns, como José Medeiros, argumentam que a reforma é necessária para acompanhar a modernização do mercado de trabalho, outros, como Ângela Portela e Vanessa Grazziotin, dizem que a mudança será um retrocesso e retirará direitos dos trabalhadores. **3**



Marcello Casati Jr/ABR

O projeto apresentado pelo governo aumenta a multa para patrão que não registrar o empregado na carteira de trabalho

CPI da Previdência vota hoje pedidos de audiência pública **7**

Aluno de escola pública pode ganhar direito a bolsa **2**

Comissão avalia compensações pela Lei Kandir **3**

Autoridades de Rondônia querem duplicação de rodovia



Guarim Liberto Jr./Cabinete Acir Gurgacz

Raupp (2º à esq.) e Gurgacz (3º à esq.) participam do debate em Porto Velho

Em audiência pública em Porto Velho, senadores, autoridades locais e representantes do governo federal defenderam que a BR-364 seja concedida à iniciativa privada e duplicada. Eles ressaltaram que a rodovia federal é essencial para o escoamento da produção agrícola de Rondônia e Mato Grosso e se queixaram de que ela se encontra em péssimo estado de conservação. **6**

especial cidadania



Luiz Silveira/Agência CUI

Trabalho em oficina de marcenaria em presídio do Distrito Federal

Mudança na Lei de Execução Penal pode facilitar trabalho de presos

O trabalho de presos ajuda a aliviar a superlotação dos presídios e a reduzir a reincidência criminal. O detento ocu-

pa a mente, produz, se capacita e ressocializa. Ainda assim, só 20% dos presos no Brasil conseguem trabalhar. **4 e 5**

Congresso examina 15 vetos a leis como a da terceirização

Com 15 vetos presidenciais para analisar, dos quais 9 trancando a pauta, o Congresso se reúne hoje, às 18h30. A Lei 13.429/2017, que libera a terceirização em todas as atividades das empresas, foi uma das que receberam vetos. O principal suprimiu a extensão do prazo de 270 dias dos contratos temporários. Outra foi a Lei 13.425/2017, com normas de segurança, prevenção e proteção contra incêndios em estabelecimentos públicos. **8**



Jonas Pereira/Agência Senado - 15/12/2016

Sessão do Congresso precisa votar primeiro nove vetos que trancam a pauta

Foro privilegiado continua em debate hoje

A proposta que restringe o foro privilegiado de autoridades, aprovada em primeiro turno semana passada, continua em discussão nesta semana em Plenário. Como é uma PEC, precisa de mais três sessões de debate e outra votação antes de seguir para análise da Câmara. **7**

Sancionada lei que cria Programa Cartão Reforma

Foi sancionada na quinta-feira a lei que cria o Programa Cartão Reforma, um subsídio para famílias de baixa renda comprarem material de construção destinado a reformar, ampliar, dar acessibilidade ou concluir imóveis. A reserva de 20% dos recursos para famílias de zona rural foi vetada. **2**



Waldemir Borges/Agência Senado - 4/4/2017

Medida provisória que originou a nova lei foi aprovada pelos senadores na sessão plenária do dia 4 de abril

Lei que cria o Cartão Reforma é sancionada

Programa vai subsidiar famílias de baixa renda na aquisição de material de construção para obras em imóveis. Renda mensal dos beneficiários não pode ultrapassar R\$ 2,8 mil, incluindo o Bolsa Família

A LEI QUE cria o Cartão Reforma, um programa de subsídio para que famílias de baixa renda comprem materiais de construção destinados para reforma, ampliação, promoção da acessibilidade ou conclusão de imóveis, foi sancionada na quinta-feira e publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*. Foi vetada a reserva de 20% dos recursos para famílias de zona rural.

A Lei 13.439 é decorrente da Medida Provisória (MP) 751/2016, aprovada no último dia 4 no Senado sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/2017, pois foi modificada no Congresso.

Segundo o texto, têm direito ao cartão as famílias com renda mensal de até R\$ 2,8 mil. Nesse valor devem ser incluídos benefícios de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, mas excluídos os créditos de outros programas habitacionais.

O Cartão Reforma terá R\$

1 bilhão para disponibilizar em 2017. O valor destinado a cada família pode variar de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil, a depender de critérios que serão elaborados em regulamentação posterior do Ministério das Cidades.

A distribuição será operacionalizada pela Caixa. Os beneficiários receberão o valor na forma de crédito para usar na compra dos produtos. Terão prioridade as famílias com menor renda, com idosos, pessoas com deficiência ou aquelas em que a responsável pela subsistência for mulher.

As famílias contempladas poderão usufruir do benefício mais de uma vez, contanto que não ultrapassem o teto estipulado para a sua categoria. Os recursos terão validade de 12 meses. Para receber o cartão, o beneficiário titular deverá ter mais de 18 anos e ser proprietário de imóvel residencial em área regularizada ou passível de regularização. O

benefício não será válido para imóveis cedidos, alugados ou comerciais.

Vetos

Michel Temer vetou o artigo 10 da nova lei, que estipulava a reserva de 20% dos recursos a famílias residentes em zona rural. De acordo com ele, já existe destinação de Orçamento para a reforma de imóveis rurais no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Também foi vetado o trecho que atribuía ao governo federal estabelecer os limites da parcela de recursos destinados a assistência técnica. O trecho foi vetado porque a própria lei sancionada já prevê, em inciso no artigo 1º, que esse limite será de 15% dos recursos do programa. A assistência técnica para as obras consistirá na contratação, pelas prefeituras, de profissionais que darão apoio e consultoria aos projetos dos moradores.

Comissão analisa bolsa para aluno de escola pública

Os estudantes de ensino médio da rede pública podem vir a ser contemplados com uma bolsa no valor de R\$ 250, caso a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprove hoje o Projeto de Lei do Senado (PLS) 646/2015, resultado do Projeto Jovem Senador.

A comissão se reúne hoje, às 11h, para decidir sobre uma pauta com oito projetos, entre os quais a criação do Programa Bolsa Jovem Estudantes. Ele visa estimular a melhora do desempenho e a permanência na escola dos estudantes secundaristas da rede pública. O texto é de iniciativa dos jovens Juliana Prudêncio de Souza, Raquel Iara Lavareda Jamacará, Maria Jéssica Silva

de Almeida, Leiliane Gomes da Silva e Gabriel de Paula Campos, participantes da edição de 2014 do Jovem Senador.

De acordo com o projeto, o valor da bolsa seria de R\$ 250 e os beneficiários devem comprovar renda familiar per capita igual ou inferior a R\$ 600 mensais. Além disso, devem apresentar frequência escolar igual ou superior a 90%, não receber Bolsa Família e estar matriculados no ensino regular.

O relator é Hélio José (PMDB-DF), que deu parecer favorável. Caso seja aprovado pela CE, o projeto deve seguir diretamente para a Câmara dos Deputados se não for apresentado recurso para votação em Plenário.

A pauta tem outros destaques, como o PLS 525/2009, de Cristovam Buarque (PPS-DF), que estabelece padrões mínimos de infraestrutura para estabelecimentos de ensino em todos os níveis. Sem cumprir esses requisitos, os estabelecimentos não terão autorização para funcionar.

Já o PLS 294/2014 dispõe sobre o aperfeiçoamento profissional para professores de escolas com notas baixas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Esses profissionais terão prioridade nos cursos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O autor é o ex-senador Wilson Matos e ela será votada na forma do substitutivo do relator, Cristovam Buarque.

Relatório de MP sobre militares do Distrito Federal deve ser votado hoje

Está marcada para hoje, às 14h, a votação do relatório da Medida Provisória 760/2016, que muda as regras de promoção nas carreiras de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal.

A MP incluiu a antiguidade entre os critérios de seleção de praças que concorrem a vagas disponíveis nos qua-

drados de oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Até a edição da medida, nas seleções internas, essas organizações militares vinham usando apenas os critérios intelectuais — normalmente por meio de provas escritas.

A comissão é presidida por Dalírio Beber (PMDB-SC).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



TERÇA

CDH Chacina em Mato Grosso

8h30 A comissão promove audiência pública para debater o assassinato de nove trabalhadores rurais em Colniza (MT).

CPI DA PREVIDÊNCIA Requerimentos

8h30 A comissão parlamentar de inquérito tem 86 requerimentos na pauta.

CI Sabatina para a Antaq

9h A comissão sabatina Francisval Dias Mendes para diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

CAE Crédito rural

10h A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar o PLS 354/2014, que agiliza as renegociações do crédito rural, e mais 17 itens.

MP 759/2016 Regularização fundiária

10h A comissão mista da MP que trata da regularização fundiária de imóveis rurais e urbanos aprecia relatório.

CE Construção de escolas

11h Na pauta de 8 itens da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o PLC 57/2016, que inscreve o maestro Carlos Gomes no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, e o PLS 525/2009, que institui padrão de construção para escolas da educação básica.

CMA Água em edifícios públicos

11h30 A Comissão de Meio Ambiente pode analisar o PLC 84/2014, sobre o uso racional da água em edifícios da administração pública federal, e mais 12 itens.

MP 757/2016 Taxas para a Suframa

14h A comissão mista da MP que cria duas taxas em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus analisa relatório.

MP 760/2016 PMs e bombeiros do DF

14h A comissão mista da MP que trata da progressão de policiais militares e bombeiros do Distrito Federal analisa relatório.

MP 763/2016 Saque do FGTS

14h A comissão mista da MP que autoriza saque de contas inativas do FGTS analisa requerimentos.

PLENÁRIO Fim do foro privilegiado

14h Começa a ser discutida, em segundo turno, a PEC 10/2013, que dá fim ao foro privilegiado.

CMO Eleição

14h30 A Comissão Mista de Orçamento elege presidente e relator.

QUARTA

CONGRESSO Vetos

18h30 Sessão do Congresso para votar 15 vetos e do PRN 1/2017, que cria comissão mista permanente para consolidação da legislação federal.

CDR Rio São Francisco

8h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional define plano de atuação do grupo de trabalho para acompanhar as obras de transposição sobre o Rio São Francisco. Depois, analisa pauta de 5 itens.

CAS Agente de turismo

9h A Comissão de Assuntos Sociais pode votar o PLS 55/2011, que regulamenta a profissão de agente de turismo, e mais 15 itens.

CRA Funrural

9h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove audiência interativa sobre os efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

CCJ Advogado-geral da União

10h Na pauta de 42 itens da Comissão de Constituição e Justiça, a PEC 125/2015, que fixa critérios para escolha do advogado-geral da União, e a PEC 2/2017, que impede a extinção dos tribunais de Contas.

MP 762/2016 Isenção de taxa

10h30 A comissão mista da MP que prorroga a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante analisa relatório.

CAE Custo Brasil

14h30 A Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência interativa sobre o custo Brasil e soluções para gerar mais empregos e renda.

MP 754/2016 Reajuste de remédios

14h30 A comissão mista da MP que trata do reajuste dos preços de remédios avalia relatório.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Eleição

15h A comissão mista instala os trabalhos e elege presidente e vice. Logo depois, apresentação de relatório das atividades em 2015 e 2016.

SESSÃO ESPECIAL Lomanto Júnior

9h Sessão especial para homenagear o ex-governador e ex-senador baiano Lomanto Júnior por 49 anos de vida pública.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • **Alô Senado:** 0800 612211
 • **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Senadores começam a estudar reforma trabalhista

Proposta aprovada na semana passada pela Câmara dos Deputados agora passará pelo Senado. Tema divide senadores: enquanto alguns veem ameaça a direitos, outros citam necessidade de modernizar lei

OS SENADORES COMEÇAM maio com a missão de analisar a proposta de reforma trabalhista aprovada pela Câmara dos Deputados. Tão logo chegue ao Senado, o projeto será encaminhado para as comissões. Assim como ocorreu na Câmara, a proposta não deve encontrar consenso. Senadores governistas e de oposição já se manifestaram de maneira divergente sobre o assunto.

Um deles é o senador José Medeiros (PSD-MT), que defende a modernização da legislação trabalhista. Segundo ele, as novas relações entre trabalhadores e patrões exigem normas mais adequadas à realidade de mercado. O senador critica os que, segundo ele, estão condenando a reforma trabalhista e criminalizando quem gera empregos.

— Toda norma fica obsoleta com o tempo. É o caso da legislação trabalhista brasileira, que tem mais de 60 anos. As relações de trabalho mudaram muito. Há relações que não são mais abarcadas pela lei. O que



O projeto foi aprovado na Câmara em sessão tensa, com debate e protestos

se pretende é modernizar.

As senadoras Ângela Portela (PDT-RR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pensam de forma diferente e já reiteraram que a reforma vai precarizar a situação dos trabalhadores, tirando-lhes direitos conquistados com sacrifício. Ambas criticam principalmente a parte do projeto que dá mais força ao que foi negociado entre trabalhadores e patrões do que ao que está na lei — a prevalência do negociado sobre o legislado.

— A pedra de toque da reforma está na prevalência

que estabelece dos acordos individuais e mesmo coletivos, em detrimento da lei. Isso representa também um radical enfraquecimento da Justiça do Trabalho e, com ela, da efetividade das normas trabalhistas — afirmou.

Trabalho remoto

O texto aprovado na madrugada de quinta-feira na Câmara (PL 6.787/2016) é um substitutivo do relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), à proposta do governo Temer que chegou ao Parlamento no fim do ano passado — uma alteração significativa na proposta original.

Para ser aprovado, o projeto precisará de maioria simples (metade dos senadores presentes mais um voto). A proposta a ser analisada prevê o fim da assistência obrigatória do sindicato na extinção e na homologação do contrato de trabalho. Além disso, extingue a contribuição sindical obrigatória de um dia de salário dos trabalhadores.

Há também mudanças nas férias, que poderão ser parceladas em até três vezes no ano, e regras para o trabalho remoto (*home office*). Para o patrão que não registrar o empregado, a multa foi elevada e pode chegar a R\$ 3 mil. Atualmente, a multa é de um salário mínimo regional.

Para Paim, greve do dia 28 foi a maior da história do país

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou em pronunciamento no Plenário que a paralisação do dia 28 foi a maior greve geral da história do Brasil.

— Quem não conhece nossa gente cutuca com vara curta, e esse povo está reagindo.

O senador dirigiu-se ainda ao presidente da República, Michel Temer, pedindo que ele retire os projetos de reforma da previdência e trabalhista.

— Presidente, atenda ao povo e retire essas duas propostas.

Ana Amélia defende proposta do governo aprovada na Câmara

Ana Amélia (PP-RR) defendeu na sexta-feira a proposta de reforma trabalhista aprovada pela Câmara e enviada ao Senado. Ela citou direitos que foram mantidos, como férias, 13º salário e FGTS, e destacou a retirada de obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical.

— O bom sindicato, aquele que tem compromisso com o trabalhador, vai trabalhar cada vez mais, para ter força, voz e vez para defender a sua categoria.



Peirão França/Agência Senado

O que prevê o texto saído da Câmara



Má-fé

O juiz poderá estabelecer multa de 1% a 10% do valor da causa para quem agir de má-fé em processos judiciais.



Quarentena

Em caso de demissão do trabalhador, haverá quarentena de 18 meses a fim de evitar, por exemplo, que ele seja recontratado como terceirizado.



Falta de registro

O empregador que não registrar o empregado ficará sujeito a multa de R\$ 3 mil para cada trabalhador não registrado. Para micros e pequenas empresas, a punição é de R\$ 800.



Férias

Desde que o empregado concorde, as férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos.



Negociado sobre o legislado

A negociação vai prevalecer sobre a lei em questões como: participação nos lucros e resultados, jornada em deslocamento, intervalo para almoço, remuneração por produtividade, banco de horas, planos de cargos, salários, adesão ao seguro-desemprego e troca do dia de feriado.



Fora de acordo ou negociação

Patrões e empregados não poderão negociar para reduzir ou suprimir direitos como: FGTS, 13º salário, salário mínimo, remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, repouso semanal remunerado, licenças paternidade e maternidade, aviso prévio, aposentadoria, seguro contra acidentes, direito de greve e outros.



Grávidas

Em caso de insalubridade de grau leve ou médio, será necessário atestado médico que recomende o afastamento durante a gestação. Atualmente, a lei proíbe que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em ambientes com condições insalubres. Em caso de insalubridade grau máximo, continua proibido o trabalho.



Contribuição sindical anual

Deixará de ser obrigatória e passará a ser optativa.



Sucessão empresarial

Em caso de sucessão empresarial ou de empregadores, as obrigações trabalhistas serão de responsabilidade do sucessor, como já ocorre atualmente.



Custas processuais

Na Justiça do Trabalho, não poderão passar o valor máximo de quatro vezes o teto dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, ou seja, pouco mais de R\$ 22 mil.



Trabalho remoto

Haverá um contrato individual de trabalho sobre as atividades a serem realizadas pelo empregado. O contrato também deverá fixar a responsabilidade sobre aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos necessários às tarefas.



Deslocamento

O período de deslocamento não poderá mais ser contado como hora trabalhada, como ocorre hoje quando o patrão oferece transporte para funcionários que moram em local de difícil acesso ou não há serviço por transporte público.



Jornada parcial

Haverá duas opções: contrato de até 30 horas semanais, sem horas extras, ou de até 26 horas semanais, com até 6 horas extras. Atualmente, o regime parcial aceito é de 25 horas, sendo vedada hora-extra.



Trabalho intermitente

Nessa modalidade, os trabalhadores vão ganhar por hora, visto que são alternados períodos de prestação de serviços e de inatividade. O contrato deverá ser por escrito e o valor da remuneração não poderá ser menor que o do salário mínimo em hora. Além do pagamento pelas horas, o trabalhador tem direito ao pagamento proporcional de férias, FGTS, Previdência e 13º.

Na pauta: regras para compensação em razão da Lei Kandir

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar hoje, em decisão terminativa, regras para compensação aos estados exportadores, que perdem arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a desoneração de produtos para exportação estabelecida pela Lei Kandir (LC 87/1996). De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 38/2017 estabelece o montante dessa compensação

em R\$ 1,9 bilhão para o exercício de 2017.

O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), esclarece que a transferência para estados e municípios já está devidamente prevista na Lei Orçamentária Anual para 2017. O que o projeto pretende é “tão somente disciplinar a forma como os recursos serão alocados”.

— Ocorre que, ao isentar o exportador do ICMS, os estados perdem arrecadação, reduzindo sua capacidade de investimento. Dessa forma,

sem uma compensação, a isenção tributária concedida a exportadores pode ter o efeito paradoxal de reduzir a competitividade, ao não criar meios para o estado propiciar a infraestrutura física e social necessária para o desenvolvimento da atividade exportadora — acrescentou o relator.

O projeto prevê a transferência para estados, Distrito Federal e municípios até o décimo dia útil de cada mês, em parcelas proporcionais aos coeficientes individuais de

cada um, relacionados no PLS. Determina ainda que a União entregue 75% diretamente ao próprio estado e 25% aos seus municípios, na proporção da respectiva parcela de ICMS.

O projeto obriga o governo federal a definir em 30 dias, após a publicação da lei, as regras de prestação de informação pelos estados e pelo DF relativas à manutenção e ao aproveitamento de créditos de ICMS pelos exportadores. O ente que não prestar as informações ficará sujeito à

suspensão do recebimento do auxílio.

Na justificativa, Lúcia Vânia observa que, embora em 2004 a União tenha criado o Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), com a liberação de R\$ 900 milhões para estados e municípios, desde 2013 essa transferência deixou de ser regular.

Para o relator, o projeto visa disciplinar essa compensação num ano em que todos os entes federados passam por grave crise financeira.

Direito do preso de trabalhar é realidade só para minoria

Apenas 20% do total de detentos no Brasil estão inseridos em atividades laborais, mas estudos mostram que trabalhar ou estudar reduz a reincidência no crime e diminui a superlotação nos presídios. Projeto de lei torna o trabalho de presos obrigatório

Soraya Mendanha

O TRABALHO FAZ com que o preso ocupe sua mente, recupere sua autoestima e se capacite para o momento da liberdade. Especialistas acreditam que, juntamente com o estudo, ele é a melhor maneira de fazer com que detentos e ex-detentos se ressocializem. Mesmo com essas vantagens e sendo expresso na Constituição federal como um direito social garantido a todo cidadão, a atividade laboral ainda é uma realidade apenas para a minoria dos presos.

Segundo informações do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), realizado em dezembro de 2014, apenas 20% do total de presos no Brasil estavam inseridos em alguma atividade laboral. Em alguns estados o número de

presos trabalhando não chega a 10%, caso de Rio Grande do Norte (3%), Paraíba (5%) e Rio de Janeiro e Sergipe (6% cada um).

Para a procuradora Maria Tereza Uille Gomes, o modelo prisional brasileiro, que não possui um cadastro nacional dos presos e não separa os detentos em razão da gravidade do crime que cometeram, é o principal motivo para o baixo índice de presidiários que trabalham. Segundo ela, fica difícil para o presídio estabelecer quem são os detentos perigosos e quais deles podem ser movimentados para um estabelecimento de trabalho.

— Um dos principais pontos seria exigir com eficiência e eficácia a classificação dos presos e também permitir o ingresso de cooperativas, associações, entidades para que ajudem na fiscalização e nos espaços de

trabalho para os presos — disse. Maria Tereza ressaltou que o número de agentes penitenciários nem sempre é suficiente para que se possa fazer a movimentação dos presos e que muitos presídios nem sequer possuem uma oficina ou ambiente físico para que os detentos possam trabalhar internamente.

Segundo a base de dados do Infopen-2014, existem 1.436

estabelecimentos penais no Brasil, entre presídios, cadeias públicas, colônias agrícolas e industriais, casas do albergado, hospitais de custódia, entre outros. Na época do levantamento, 974 desses estabelecimentos contavam com algum tipo de oficina de trabalho. O número representa 67,8% do total de estabelecimentos prisionais.

Sobre o trabalho externo, ou

seja, fora do estabelecimento penal, a diretora-adjunta da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap), Rosângela Santa Rita, explicou que, como o preso trabalhador não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o INSS é facultativo, ele não tem direito a férias nem a 13º salário e é uma mão de obra barata para o empresário que o contratar.

Rosângela e a procuradora Maria Tereza acreditam que a promoção do trabalho é uma forma de aliviar a superlotação dos presídios e colaborar para reduzir a reincidência criminal.

Superlotação

Os presos que trabalham têm sua pena reduzida em um dia para cada três trabalhados. Os que estudam, reduzem um dia

para cada 12 horas de frequência escolar.

De acordo com pesquisa divulgada em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um em cada quatro presos volta a cometer crimes depois de solto. O estudo considera apenas o conceito de reincidência legal, ou seja, aquelas pessoas que voltam a ser condenadas no prazo de cinco anos após cumprimento da pena anterior.

Outros levantamentos já realizados sobre reincidência, com taxas mais elevadas, costumam considerar a quantidade de indivíduos que volta a entrar nos presídios ou no sistema de Justiça criminal independentemente de condenação, caso dos presos provisórios.

Em relação à superlotação dos presídios, Maria Tereza destacou que o Brasil lidera o ranking



Vegetais da horta são vendidos à empresa que fornece refeições ao próprio presídio



Na Papuda, presídio do DF, o trabalho interno é exercido em oficinas, como a de costura industrial, por presos condenados a cumprir pena em regime fechado ou semiaberto



A procuradora Maria Tereza Uille Gomes relatou proposta de comissão de juristas



Rosângela Santa Rita é uma das dirigentes de fundação que apoia presos do DF

Tipos de trabalho



INTERNO

Existem diversos tipos de trabalho que podem ser realizados dentro do estabelecimento prisional

- Serviços de **manutenção e conservação** do estabelecimento penal, com remuneração garantida pelo Estado
- **Formação profissional** oferecida por empresa pública ou fundação, que arca com a remuneração dos presos
- **Oficinas de trabalho** construídas em convênios com a iniciativa privada, que arca com a remuneração dos presos



EXTERNO

Para a realização de trabalhos fora do estabelecimento prisional, é necessário que o preso tenha cumprido 1/3 da pena, tenha autorização da direção do estabelecimento, aptidão e bom comportamento

- Apenas são admitidos trabalhos realizados em **obras ou serviços públicos** (ainda que prestados por empresa privada)
- O limite máximo do **número de presos** será de 10% do total de empregados na obra
- Deverão ser tomadas as **cautelais** contra a fuga e em favor da disciplina

Direitos

São direitos do preso trabalhador:

- Realização de **atividades seguras** e em condições de higiene
- Remuneração** não inferior a 1/3 do salário mínimo
- Trabalho adequado** às aptidões e à capacidade de cada um (incluindo idosos e deficientes físicos)
- Jornada de trabalho** não inferior a 6 horas nem superior a 8 horas
- Descanso** nos domingos e feriados
- Remissão** de 1 (um) dia de pena para cada 3 (três) de trabalho

Senado analisa proposta para atualizar Lei de Execução Penal

Projeto que modifica a Lei de Execução Penal (Lei 7210/1984) aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 513/2013) estabelece mais de 200 alterações na lei, que em julho completará 33 anos de publicação.

Apresentado por Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto é fruto do trabalho de uma comissão especial de juristas que atuou no Senado em 2013 e que teve como relatora a procuradora Maria Tereza Uille Gomes.

— O preso recolhido à prisão não encontra um ambiente propício ao trabalho. As penitenciárias brasileiras, em sua quase totalidade, servem unicamente para confinar, em péssimas condições, aquele que foi condenado criminalmente — disse Renan em dezembro de 2013, ao receber

o anteprojeto elaborado pelos juristas.

As mudanças têm por objetivos, entre outros, enfrentar a superlotação nos presídios, melhorar o atendimento aos presos e promover a inserção dos ex-detentos no mercado de trabalho. Além disso, o projeto aumenta a remuneração do preso de 75% do salário mínimo para 100%.

Conforme explicou Maria Tereza, o salário do preso tem como finalidade reparar o dano provocado pelo crime que levou à prisão, prestar assistência à família do preso, ressarcir despesas do Estado e o restante deverá ser depositado em poupança, à qual o preso terá acesso quando em liberdade.

Pelo projeto, toda vez que o estabelecimento penal atingir a capacidade, deve ser realizado mutirão para verificar a si-

tuação dos presos e eventuais liberações. Se, ainda assim, a lotação não for normalizada, o detento que estiver mais próximo de cumprir a pena terá a liberdade antecipada.

O texto institui a progressão automática de regime para presos com bom comportamento que tiverem cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior. Também será proibida a permanência de presos provisórios (não condenados) em penitenciárias. As carceragens em delegacias de polícia deverão ser extintas.

Em relação ao trabalho, a proposta prevê incentivos fiscais para empresas que investirem no sistema prisional, seja na contratação de presos ou na disponibilidade de espaço físico nos presídios.

O texto inclui ainda a possibilidade de que a União, os estados e os municípios façam convênios com associações, fundações e cooperativas de trabalho para que elas também possam ajudar na gestão do trabalho prisional.

Atividade cria oportunidades para mudança de vida

Claudio da Silva ficou preso em regime fechado 3 anos e 8 meses no Complexo Penitenciário da Papuda (DF), por assalto. Durante esse tempo, não conseguiu realizar nenhum tipo de atividade laboral.

Há dez meses, Claudio acredita que aconteceu uma “bênção em sua vida”, já que conseguiu, no regime semiaberto, um emprego por meio da Funap.

— Eu trabalho no protocolo da fundação recebendo e despachando documentos e ofícios. Não tem como comparar a vida que eu tenho aqui e a que tinha

na Papuda — explicou.

De acordo com ele, o convívio com pessoas que cometeram crimes graves e a falta de algo para distrair fazem com que a chance de os presos se ressocializarem praticamente desapareça. Para Claudio, o trabalho é fundamental para sair da vida do crime e focar em outras prioridades.

Agora Claudio considera que virou uma página de sua vida e sonha com o futuro.

— Estou muito feliz por ter conseguido um trabalho. Meu lazer agora é a minha família, e meu trabalho é a melhor parte



Claudio da Silva: “Meu lazer é a família, e o trabalho, a melhor parte do meu dia”

do meu dia. Sonho, quando eu estiver em liberdade, conseguir um emprego particular — disse.

Contratos

A diretora-adjunta da Funap, Rosângela Santa Rita, afirma que encarcerar os condenados por crimes não tem sido a resposta adequada, já que não combate a criminalidade e não cria perspectivas de ressocialização. Segundo ela, a solução seria pensar em perspectivas de redução de encarceramento.

— Estamos falando de um ambiente com problemas que não se resolvem com a criação de vagas nos presídios. Temos que pensar em perspectivas de redução de encarceramento e em ampliar as possibilidades de alternativas penais — explicou.

No Distrito Federal, dados fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública e da Paz Social (SSP), por meio da Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), revelam que, na primeira semana de março, o sistema penitenciário do DF contava com 15.192 internos.

O último levantamento realizado pela subsecretaria revelou que apenas 3.179 detentos trabalhavam interna ou externamente. O número representa 20,92% do total de presos.

A Funap-DF atua na intermediação da mão de obra das pessoas presas e egressas do sistema prisional e possui cerca de 70 contratos com órgãos públicos e privados.

Rosângela explicou que a Funap encontra dificuldades para atrair parceiros para o trabalho externo de detentos, mesmo eles sendo uma mão de obra barata.

Ela acredita que o preconceito e a falta de conhecimento do sistema prisional são os principais fatores que impedem a inserção de detentos e ex-detentos no mercado de trabalho.

— Infelizmente, ainda tem uma grande parte da sociedade que acredita que bandido bom é bandido morto. Temos que trabalhar com o contrário disso, envolvendo as pessoas, órgãos públicos e privados. Se cada um fizer o seu papel de dar uma nova oportunidade para essas pessoas, vai ser melhor para toda a sociedade — disse.

Projeto sobre o tema tem aprovação de cidadãos

O projeto que torna o trabalho obrigatório para detentos (PLS 513/2013) obteve 91% de aprovação em enquete realizada pelo Instituto DataSenado. A pesquisa trata das modificações na Lei de Execução Penal sugeridas na proposta de Renan Calheiros. De 16 de fevereiro a 2 de março, o instituto analisou respostas de 1.310 internautas.

A enquete abordou também a questão da remuneração do trabalho dos presos. Nesse ponto, 72% dos participantes da pes-

quisa discordam do aumento do valor recebido pelo detento (de 75% do salário mínimo para um salário mínimo), como proposto no texto de Renan.

Por fim, a enquete questiona sobre a possibilidade de concessão de incentivo fiscal para empresas que contratarem presos ou pessoas que já cumpriram pena. No caso dos presos, 49% dos internautas são a favor do incentivo e 43%, contrários. Quanto à contratação de pessoas que cumpriram a pena,

73% são favoráveis à concessão do incentivo, e 24% contrários.

Sobre superlotação dos presídios, metade dos internautas opinou que presídios lotados não devem receber novos detentos. Para 46%, o recebimento deve ser contínuo em qualquer situação.

No entanto, a maior parte das respostas (80%) foi contrária à possibilidade de antecipação de benefícios aos presos que estiverem em presídios com lotação além da capacidade.

Saiba mais

Lei de Execução Penal
<http://bit.ly/Lei7210de1984>
PLS 513/2013
<http://bit.ly/PLS513de2013>
Resultado da enquete
<http://bit.ly/enquetePresos>
Amparo ao trabalhador preso
www.funap.df.gov.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Assista a vídeo da Agência Senado sobre o trabalho de presos e a proposta que altera a Lei de Execução Penal: <http://bit.ly/trabalhopresos>

Senadores pedem duplicação de estrada em RO

Segundo participantes de audiência em Porto Velho, rodovia federal é o principal caminho para o escoamento da produção agrícola da região, mas está em péssimo estado

A RESTAURAÇÃO E a duplicação imediata da BR-364 foram defendidas na sexta-feira numa audiência pública realizada pela Comissão de Infraestrutura (CI) na Câmara Municipal de Porto Velho. No debate, representantes do governo federal, senadores e autoridades locais debateram o processo de concessão da rodovia.

A BR-364 escoava boa parte da produção agrícola brasileira, ressaltou Valdir Raupp (PMDB-RO). Pela rodovia passam mais de 1,3 mil carretas por dia, que transportam para os estados e portos da Região Norte toda a safra de 3 milhões de toneladas de grãos de Mato Grosso e Rondônia.

O senador citou o trecho em direção a Rolim de Moura (RO), que ele costuma percorrer, e disse que a situação da rodovia é caótica, com vários riscos iminentes, sobretudo à noite ou quando está chovendo.

Ele ressaltou que a falta de acostamento e a existência de buracos e crateras causam prejuízos aos produtores rurais, aos caminhoneiros e à população de Rondônia.

— Duplicar a BR-364 vai ser um marco. O estudo já está sendo concluído para a concessão, o que é um sonho. No primeiro momento, o trabalho que a bancada federal de Rondônia está fazendo é o mais acertado, preocupada em colocar recurso da União para fazer o projeto. Pediria ao Dnit [Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes] que disponibilizasse recursos neste ano para o projeto de duplicação da rodovia. O trabalho de duplicação e licitação de alguns



Os senadores Raupp (3º à esq.) e Gurgacz (4º à esq.) participam de audiência em Porto Velho sobre concessão de rodovia

trechos será muito importante. Espero que a rodovia esteja toda pavimentada até o final do ano — disse Raupp.

Governo JK

Aberta nos anos 60, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a pista da BR-364 já não suporta a carga atual das carretas, e os constantes recapeamentos representam um desperdício de dinheiro público, visto que as obras, geralmente mal feitas, costumam ser realizadas fora do período da “janela hídrica”, época que tem início em maio, quando chove menos na região.

— Um trecho recapeado entre os municípios de Pimenta Bueno e Presidente Médici [ambos em Rondônia], por exemplo, não aguentou um ano, a pista foi refeita e continuam os buracos e as valetas — relatou Acir Gurgacz (PDT-RO).

O senador disse que “há muita informação e pouca objetividade” no que diz respeito às obras da BR-364, que ele considera a nova fronteira da exportação brasileira.

O senador disse que “não dá para esperar todo o ano de 2017” pelos empreendimentos, sob o risco de chegar 2020 e não haver obras.

— O governo teria economizado dinheiro que já foi pago. Não houve duplicação, não houve terceira faixa e os buracos continuam. Temos que ter a obra, ter o benefício para poder pagar pedágio. Cobrar pedágio sem a duplicação? Tenho certeza que isso não vai funcionar em Rondônia — disse Gurgacz, que criticou a demora das obras do Contorno Norte de Porto Velho.

A expectativa “conservadora” do Dnit, porém, é que até o final de 2017 sejam contratados os serviços de recuperação da BR-364, onde em 2016 foram investidos R\$ 165 milhões, conforme explicou o diretor-executivo da autarquia, Halpher Luiggi Rosa.

— O pior trecho é entre Ouro Preto do Oeste e Jaru [ambos em Rondônia]. Hoje estamos assinando uma ordem de serviço, que vai ter início imediato. Obras de recupera-

ção de outros trechos da pista serão contratadas no segundo semestre. Já está em licitação o trecho no sentido Pimenta Bueno-Comodoro [em Mato Grosso] — informou.

O dirigente afirmou que a demora da execução e conclusão de obras na BR-364 também está relacionado a outros fatores. Tudo começa com a licença ambiental, cuja obtenção é lenta devido à burocracia. Depois é a vez do projeto, seguido das obras de construção e de outras intervenções. Há ainda o componente financeiro, hoje escasso, em razão da deterioração econômica iniciada em 2015, que impõe severas restrições orçamentárias, o que exige o máximo zelo com os recursos públicos, explicou.

Caminhões

O prefeito de Ji-Paraná, Jesualdo Pires, resumiu a participação dos demais convidados da audiência pública: a única solução para a BR-364 é a concessão da rodovia, além da reativação da balança em Ouro Preto do Oeste, que impõe um

limite na carga das carretas.

— O Dnit precisa urgentemente fazer esse trabalho. A gente anda a 10, 20 quilômetros por hora. O agronegócio aumenta em Mato Grosso e Rondônia. Estamos com a produção altíssima e a situação piorando. A estrada está em péssimo estado.

O diretor do Departamento de Concessões do Ministério dos Transportes, Fábio Luiz Lima de Freitas, explicou que a condição econômica do país exige que se ampliem as concessões, que oferecem resultados mais rápidos. Segundo ele, a concessão da BR-364 está orçada em R\$ 8,2 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões destinados à duplicação de 620 quilômetros.

— A concessão acaba tendo um resultado melhor que o Dnit porque não precisa fazer licitações, já tem seus fornecedores. A administração pública tem seu rito e tempo — disse.

Público x privado

O diretor da Associação Brasileira de Concessionárias e Rodovias em Brasília, Alexandre Barra, ressaltou que o Brasil está atrasado em termos de rodovias duplicadas. Para que haja uma mudança, avaliou, é preciso que o governo veja as concessionárias como parceiras e que o usuário saiba que vai pagar um pedágio proporcional ao investimento.

Barra disse que a concessão de rodovias ao setor privado é benéfica para o usuário, que ganhará uma rodovia segura; para o governo, que necessita de investimentos; e para o setor privado, que terá redução em seus custos de logística.

Comissão sabatina hoje indicado para diretor da Antaq

A Comissão de Infraestrutura (CI) sabatina hoje Francisval Dias Mendes, indicado para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A reunião tem início às 9h na sala 13 da Ala

Alexandre Costa.

O senador Pedro Chaves (PSC-MS) é o relator da indicação. O histórico profissional de Dias Mendes registra atividades como advogado e como assessor de diversos órgãos públicos de Mato

Grosso, além de dois mandatos de diretor-regulador da Ouvidoria da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados daquele estado. Dias Mendes tem mestrado em direito regulatório, além de quatro

outras pós-graduações, entre as quais uma em direito das agências reguladoras, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em reunião da comissão na terça-feira passada, foi lido o relatório da indicação

de Dias Mendes e concedida vista coletiva da matéria aos integrantes do colegiado, presidido pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Proposta de emenda à Constituição, aprovada em primeiro turno na quarta, precisa de mais três sessões de debate e mais uma votação

Plenário continua a discutir restrição do foro privilegiado esta semana

COMEÇA A SER discutida nesta semana, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado para a maioria das autoridades em crimes comuns.

Aprovada na quarta-feira em primeiro turno, a PEC 10/2013, que restringe o foro especial aos chefes dos Poderes da União, ainda precisa passar por três sessões de discussão em segundo turno antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que consolidou o texto original, de Alvaro Dias (PV-PR), com outra proposta, a PEC 18/2014, de Acir Gurgacz (PDT-RO), e emendas sugeridas.

Pelo substitutivo, o foro privilegiado fica extinto para a maioria das autoridades nas infrações penais comuns, e permanece apenas nos crimes de responsabilidade, ou seja, os cometidos em decorrência do exercício do cargo público, como os contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Fica mantido o foro especial



Plenário do Senado também pode votar nesta semana projeto sobre digitalização de documentos públicos e três PECs

como é hoje, nos crimes comuns e de responsabilidade, para os presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

Pauta

Também está na pauta, em regime de urgência, o projeto que trata da digitalização de documentos (PLS 146/2007).

O texto prevê que documentos públicos e privados apresentados em papel poderão ser destruídos após a digitalização, desde que respeitados os procedimentos para garantia da integridade, autenticidade e fidedignidade da conversão do arquivo do meio físico para

o meio digital.

O documento digitalizado e certificado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) terá o mesmo valor legal do documento físico que lhe deu origem. O texto foi apresentado pelo senador Magno Malta (PR-ES).

Também estão na pauta outras três propostas de emenda à Constituição que ainda não cumpriram as cinco sessões de discussão em primeiro turno para que sejam votadas.

A PEC 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro, vai para a quarta sessão de discussão hoje e provavelmente estará em condições de

ser votada amanhã.

Além dela, estão na pauta as PECs 77/2015, que cria o Simples Municipal, e 103/2015, que permite ao Congresso entrar em recesso mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA). Ambas ainda precisam passar por três sessões de discussão antes da votação em primeiro turno.

Além das PECs, pode ser votado o PLC 80/2015. O texto regulariza a situação de servidores concursados de cartórios que mudaram de unidade de 1988 a 1994, entre a promulgação da Constituição e o início da vigência da Lei dos Cartórios.

CPI da Previdência decide hoje sobre audiências

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência se reúne hoje, às 8h30, para votar 86 requerimentos. Nos pedidos, os senadores solicitam a convocação de autoridades e especialistas para participar de audiências públicas na CPI ou o fornecimento de informações por órgãos públicos.

Caso os requerimentos sejam aprovados, devem participar de audiências na comissão autoridades como o ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Torquato Jardim; o ministro da Fazenda,



Hélio José, relator da CPI, Paulo Paim, presidente, e Telmário, vice-presidente

Henrique Meirelles; a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi; e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

Também devem ser convidados para debates o ministro do Planejamento, Dyogo Oli-

veira; o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Gadelha; o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo; professores de universidades

e faculdades; e presidentes e representantes de sindicatos e federações de trabalhadores.

Também há requerimentos de informações para a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Transparência, o Ministério da Fazenda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Funpresp, o INSS, o IBGE, o TCU e o Ipea, entre outros.

A CPI é presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e tem Hélio José (PMDB-DF) como relator. O vice-presidente da comissão de inquérito é Telmário Mota (PDT-RR).

Comissão vota MP que cria taxas na Zona Franca de Manaus

Deve ser votado hoje, às 14h, o relatório à medida provisória que cria duas novas taxas da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufzama). A estimativa de arrecadação com a aprovação da MP 757/2016 é de R\$ 130 milhões por ano.

O parecer da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

foi apresentado em 18 de abril. Ela argumenta que as novas taxas administrativas têm como objetivo deter a evolução dos prejuízos causados pela suspensão da Taxa de Serviços Administrativos cobrada na Zona Franca de Manaus.

A suspensão foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal e substituída na me-

didada provisória pelas Taxas de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais (TCIF) e de Serviços (TS).

Ficarão isentos da TCIF as microempresas, a União, os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá e os respectivos municípios, autarquias e fundações públicas.

Também terão isenção as

operações comerciais relativas a livros e jornais, equipamentos médico-hospitalares, dispositivo de tecnologia assistida para pessoas com deficiência e a mercadorias que compõem a cesta básica comercializada em Manaus, nas Zonas de Livre Comércio e na Amazônia Ocidental.

Vanessa Grazziotin garantiu

DE SUA OPINIÃO

Projeto estende direito a cão-guia para qualquer deficiência

Desde 2005, a lei garante às pessoas com deficiência visual o direito de se fazer acompanhar do cão-guia em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Agora um projeto do Senado (PLS 411/2015) estende esse direito a pessoas com outros tipos de deficiência a fim de assegurar-lhes os benefícios proporcionados por cães treinados para facilitar a mobilidade, dando-lhes mais autonomia e segurança.

Os cães de assistência — nomenclatura que a matéria propõe — são cães ouvintes, que alertam pessoas com deficiência auditiva sobre sinais sonoros; cães de alerta, cujos sentidos aguçados percebem quando alguém pode ter uma crise diabética, alérgica ou epilética; cães para autistas, que ajudam a confortar o usuário durante crises; e cães para cadeirantes, que abrem portas, pegam objetos pouco acessíveis ou apertam botões de elevadores.

De acordo com o texto, serão objeto de regulamento os requisitos para identificação do cão de assistência, a forma de comprovação de treinamento do usuário, a multa e o tempo de interdição impostos à empresa de transporte ou ao estabelecimento responsável pela discriminação ou impedimento da entrada do cão.

Qual a sua opinião sobre o projeto? **Vote em:**

<http://bit.ly/pls411-2015>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: senado.leg.br/ecidania

Comente também na página do Senado no **Facebook**: facebook.com/senadofederal

Congresso se reúne hoje para analisar vetos

Senadores e deputados vão analisar trechos vetados em leis como a que regula a terceirização e a que exige sabatina no Senado para indicado a diretor-presidente da EBC

O CONGRESSO NACIONAL reúne-se hoje, às 18h30, para analisar 15 vetos presidenciais. Nove deles estão trancando a pauta de votações.

Um dos vetos que serão analisados atinge a lei que libera a terceirização em todas as atividades das empresas (Lei 13.429/2017). O texto, polêmico, amplia as possibilidades de contratação de serviço terceirizado, que poderá ser feita tanto na área-meio quanto na atividade-fim.

Do projeto, aprovado em março pela Câmara dos Deputados, foram mantidos os temas centrais, como a possibilidade de as empresas terceirizarem sua atividade principal, sem restrições, inclusive na administração pública. As empresas de terceirização poderão subcontratar empresas para realizar serviços, e, em casos de ações trabalhistas, caberá à empresa terceirizada pagar os direitos questionados na Justiça, se houver condenação.

O principal trecho vetado permitia a extensão do prazo de 270 dias dos contratos temporários ou de experiência. Segundo o presidente Michel Temer, isso abriria a possibilidade de prorrogações indefinidas do contrato temporário. Os outros trechos vetados, de acordo com a justificativa, são relativos a itens que já estão na Constituição.

A Lei 13.425/2017, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios em estabelecimentos de reunião de público, também foi sancionada com vetos.



Na sessão conjunta, parlamentares também devem votar criação de comissão mista que vai atuar na consolidação de leis e dispositivos constitucionais

O texto define normas mais rígidas a serem seguidas por proprietários de estabelecimentos, autoridades e profissionais, visando evitar tragédias como a da boate Kiss, em Santa Maria (RS), que vitimou 242 pessoas.

Um dos vetos foi feito ao trecho que proíbe o uso do sistema de comanda para controle do consumo em casas noturnas. A intenção era trazer mais segurança em caso de incêndio ou outras ocorrências. Temer afirmou que a proibição pode ser mais flexível. A criminalização dos donos de estabelecimentos também foi retirada. Foi vetado o trecho que previa pena de detenção de seis meses a dois anos,

além de multa. O presidente argumenta que a atual legislação penal já cobre o assunto.

Outra lei que recebeu vetos presidenciais é a que altera a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC (Lei 13.417/2017). O novo texto aprovado pelo Congresso havia incluído a exigência de sabatina no Senado para aprovação do diretor-presidente da EBC. Mas essa obrigatoriedade foi vetada pelo presidente.

Temer também vetou trechos da lei que permitiam aos Comitês Editorial e de Programação decidir sobre planos editoriais propostos pela diretoria-executiva para os veículos da EBC,

tratar de alterações na linha editorial da programação veiculada pela empresa e convocar audiências e consultas públicas sobre conteúdos produzidos.

Comissão mista

Também está na pauta o Projeto de Resolução do Congresso 1/2017, que trata da criação da comissão mista permanente destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição. Na prática, o projeto apenas convalida o ato que instituiu a comissão, assinado em janeiro pelas Mesas da Câmara, presidida por Rodrigo Maia, e do Senado, sob o comando de Renan Calheiros à época.

Comissão fará audiência sobre massacre de trabalhadores rurais em Mato Grosso

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje audiência pública interativa sobre a chacina ocorrida no assentamento rural de Taquaraçu do Norte, que fica a mais de 350 quilômetros da zona urbana de Colniza (MT), a 1.065 quilômetros de Cuiabá, capital de Mato Grosso. A iniciativa é do senador Paulo Paim (PT-RS).

Em 19 de abril um grupo de homens encapuzados torturou e matou nove trabalhadores. Todas as vítimas são homens e adultos. Eles foram mortos por tiros ou facadas, segundo a Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso.

Aproximadamente 100 famílias moram na área. A polícia

investiga o caso, que pode ter relação com conflitos de terra.

Para falar do episódio, foram convidados a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira; o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Leonardo Góes Silva; o coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso, Inácio Werner, e representantes dos movimentos de trabalhadores rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Senadores e especialistas debatem Funrural

A Comissão de Agricultura (CRA) faz audiência pública amanhã para debater as consequências para o agronegócio do recolhimento do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O imposto foi tornado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no fim de março, obrigando o empregador rural pessoa física a contribuir.

O Funrural é uma contribuição social destinada a custear a Previdência. O tributo é cobrado sobre o resultado bruto da comercialização rural e descontado, pelo adquirente da produção, no momento da comercialização. Em 2011, a contribuição previdenciária foi considerada ilegal pelo STF, o que fez muitos agricul-

tores deixarem de recolher o imposto.

A audiência foi iniciativa de Ivo Cassol (PP-RO), presidente da comissão, e de Ronaldo Caiado (DEM-GO). A principal motivação para o debate é a preocupação dos possíveis efeitos da cobrança do tributo para o agronegócio, um setor de participação expressiva no produto interno bruto (PIB).

Com a decisão do STF, fica estabelecido que as dívidas do Funrural sejam pagas retroativamente, ou seja, que sejam pagas as parcelas em atraso. E assim, argumenta Cassol, os prejuízos ao setor primário da economia podem ser ainda mais graves.

A audiência contará com a participação da Comissão

de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Foram convidados para a audiência o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles; o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn; o secretário especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, José Ricardo Roseno; o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Márcio de Freitas; e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Alberto Broch.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Parecer de Romero Jucá sobre regularização fundiária será discutido amanhã

A comissão mista que analisa a medida provisória da regularização fundiária (MPV 759/2016) agendou para hoje, a partir das 10h, reunião para debater o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR). A previsão é que a votação ocorra amanhã. Depois disso, a MP seguirá para os Plenários da Câmara e do Senado.

Na semana passada, Jucá apresentou relatório com 261 páginas, no qual aca- ta 122 das 732 emendas apresentadas

por deputados e senadores. Ele disse que o texto é fruto de negociações e debates e garantiu que estará à disposição dos parlamentares nos próximos dias para discutir o relatório e, se necessário, alterar o texto até amanhã.

A MP 759 trata da regularização fundiária rural e urbana, da liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e da regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, além de instituir mecanismos

para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União.

Jucá afirmou ter mantido a estrutura geral da MP em seu relatório, porém alterando pontos que ajudariam na eficiência da política de regularização. Disse também que não deixou de lado a questão ambiental. Ele manteve um dos itens polêmicos da medida do Poder Executivo: o pagamento em dinheiro, em vez de título da dívida

agrária, nas hipóteses de compra e venda e arrematação judicial de terras pelo Incra para a reforma agrária.

A medida provisória também transferiu do Incra para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República as competências para coordenar, normatizar e supervisionar o processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal.